ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Gabinete da Presidência

Nota de Imprensa

Presidente da Assembleia Legislativa defende "revisão urgente" da

Lei das Finanças Regionais e a consagração dos direitos dos Açores

sobre o Mar na Constituição

O Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), Luís

Garcia, defendeu hoje uma "revisão urgente" da Lei das Finanças Regionais, apelando a que

essa revisão avance o quanto antes, "independentemente de instabilidades em outras

geografias".

"Precisamos de um novo modelo financeiro, atualizado, mais justo e alinhado com as

exigências do presente e do futuro", afirmou o Presidente da Assembleia no discurso que

proferiu na Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da Assembleia da República, realizada

hoje, na sede do Parlamento, na cidade da Horta.

Com uma última revisão em 2013 sob o contexto das restrições da Troika, o atual modelo

financeiro entre a República e a Região "não reflete a verdadeira dimensão dos desafios que

enfrentamos", sublinhou o Presidente do Parlamento açoriano, referindo-se sobretudo a áreas

como a Educação, a Saúde e as Acessibilidades, reiterando que "a Autonomia não

desresponsabiliza ninguém, muito menos o Estado", que deve garantir à Região os recursos

necessários para não comprometer "o bem-estar dos portugueses que aqui vivem e a

sustentabilidade das finanças púbicas".

Para além da revisão da Lei das Finanças Regionais, o Presidente Luís Garcia lamentou que a

gestão do Mar seja "o principal contencioso entre a República e a Região" e que tem levado a

que o Estado "legisle desrespeitando o princípio de "gestão partilhada", instituído no nosso

Estatuto", defendendo que, após várias tentativas sem sucesso para resolver este diferendo, "a

melhor forma de o fazer é através de uma Revisão Constitucional".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Gabinete da Presidência

A esse propósito, o Presidente da Assembleia Legislativa considerou que a aprovação no

Parlamento Regional, em 2023, de uma resolução recomendando a moratória contra a

mineração do mar profundo e, em 2024, das áreas marinhas protegidas, aliadas ao conhecimento

científico da Universidade dos Açores, "deviam dissipar quaisquer dúvidas sobre a vantagem

nacional em proporcionar aos Açores um papel mais ativo na gestão e ordenamento do espaço

marítimo".

"Afirmamo-nos cada vez mais como um centro de inovação e progresso", afirmou o Presidente

Luís Garcia, destacando, a título de exemplo, a instalação da Agência Espacial Portuguesa em

Santa Maria, resultado da "posição geoestratégica inegável dos Açores", evidenciada também

pela Base das Lajes. Para Luís Garcia, esta posição abre portas a oportunidades futuras, como

"a criação do Observatório Europeu do Mar Profundo na Horta e do Observatório Climático do

Atlântico na ilha Terceira".

Após a Sessão Solene de Boas-Vindas, o Presidente da Assembleia da República participa na

cerimónia de assinatura do memorando de entendimento do programa BlueAzores, na

Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça.

A agenda do primeiro dia da visita oficial prossegue às 15h00 com uma visita ao OKEANOS –

Centro de Investigação em Ciências do Mar da Universidade dos Açores – e termina às 16h30,

no Vulção dos Capelinhos, com uma visita guiada ao seu Centro Interpretativo.

Horta, 11 de fevereiro de 2025
